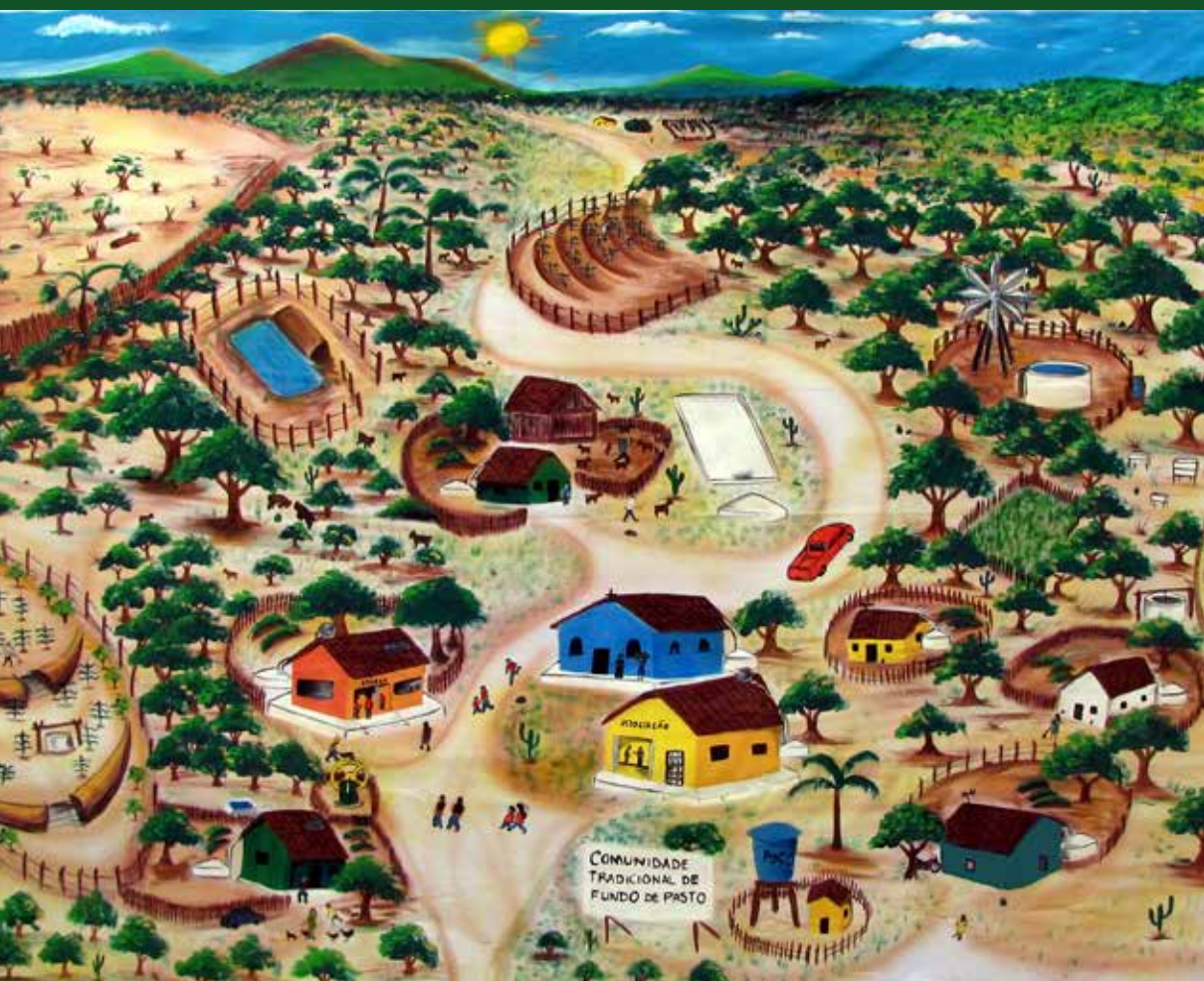


Convivência com o Semiárido Baiano:

Aproximações da Experiência do IRPAA e Possibilidades com a Metodologia Camponês-a-Camponês (CaC)





UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL - PPGEXR

MÔNICA DA SILVA CARMO
LÚCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA

**Convivência com o Semiárido Baiano:
Aproximações da Experiência do IRPAA e
Possibilidades com a Metodologia
Camponês-a-Camponês (CaC)**

Juazeiro, Bahia
2019

Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Prof. Dr. Julianeli Tolentino de Lima
Reitor

Prof^a. Dra. Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira
Pro Reitora de Extensão / Orientadora

Profa. Dra. Márcia Bent Moreira
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Extensão Rural

Projeto Gráfico
Imburanatec Design

Fotos e Ilustrações
Acervo Irpaa

William França

Carmo, Mônica da Silva
C287c Convivência com o semiárido baiano: aproximações da experiência do IRPAA e possibilidades com a metodologia Camponês-a-Camponês (CaC) / Mônica da Silva Carmo, Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira. -- Juazeiro, 2019.
x, 48 f. : il. ; 24 cm.

ISBN: 978-85-5322-074-8.
1. Assistência Técnica e Extensão Rural. 2. Metodologia Camponês-a-Camponês (CaC). 3. Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA I. Título. II. Oliveira, Lúcia Marisy Souza Ribeiro de.

CDD 630.715

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF. Bibliotecário: Renato Marques Alves, CBR 5 -1458.



SUMÁRIO

Apresentação	07
Introdução	10
Parte I - Fundamentos da Metodologia Camponês-a-Camponês (CaC)	16
Parte I - Um Estudo de Caso: Aprender com a Experiência do Irpaa	16
<i>Linha de Ação: Água</i>	<i>22</i>
<i>Linha de Ação: Terra</i>	<i>26</i>
<i>Linha de Ação: Produção</i>	<i>29</i>
<i>Linha de Ação: Educação</i>	<i>33</i>
<i>Linha de Ação: Comunicação</i>	<i>36</i>
Parte III - Pontes Sóciotécnicas da Metodologia CaC para a Convivência com o Semiárido Baiano	44
Referências	49

APRESENTAÇÃO

O exercício reflexivo, sistematizador e provocativo desta obra reafirma o reconhecimento da experiência que envolve o fazer e o fazer-se humano, o respeito a vida e a dignidade dos homens e mulheres, principalmente do campo, a partir de processos dialógicos, comunicativos, participantes e emancipatórios.

Deste modo, o convite a refletir sobre a experiência do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA e o uso da Metodologia Camponês-a-Camponês (CaC) evidencia os aspectos fundantes da Assistência Técnica e Extensão Rural enquanto processo educativo-pedagógico calcado na relação dialógica entre sujeitos-agricultores e sujeitos-extensionistas, na troca de saberes, na construção da autonomia e no rompimento das relações reprodutoras da dependência, da opressão e dominação.

É um fazer-pensar alicerçado na humanização e na libertação, isto é: um fazer-pensar não autoritário, mas a serviço da construção de processos de



intervenções críticas nos espaços de existência e reprodução da vida.

Considerando esta compreensão, a ética que move a experiência do IRPAA e nos inspira à autenticidade do fazer técnico e educativo do trabalhador social ou de uma organização social pode ser sintetizada no pressuposto: “Não posso investigar o pensar do povo se não penso. Porém, não posso pensar autenticamente se o outro também não pensa. Simplesmente, não posso pensar pelo outro, nem para o outro, nem sem o outro (FREIRE, apud TORRES, 1979, p. 133).

Nesse sentido, a mudança social pretendida pela ATER do IRPAA no envolvimento com o projeto social e político de Convivência com o Semiárido centra-se, e deve sempre pautar-se, na libertação enquanto práxis social (ação e reflexão sobre o mundo), na conscientização (superação da “consciência ingênua” e engajamento na ação transformadora da realidade), bem como na humanização e na autonomia (libertar-se dos determinismos opressores que limitam o ser humano de “ser mais”) (FREIRE, 1997; 1987; 1979).

De modo geral, a apresentação e análise da experiência do IRPAA serve de inspiração para a

construção de outras experiências calcadas na adequação da Metodologia CaC à diversidade dos espaços sociais, sem perder de vista o delineamento da Extensão Rural pelos princípios da “ecologia de saberes”, criatividade, colaboração, problematização, contextualização e enquanto práxis pedagógica. Além disso, também anuncia algumas pistas (provações) que podem colaborar para os(as) educadores, os(as) extensionistas, as instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão e organizações não-governamentais (re)pensarem suas ações e função social no âmbito do fortalecimento da Convivência com o Semiárido, não apenas como paradigma, mas como política pública, modo de vida e práxis social.

Heron Ferreira Souza

IF Baiano / ProfEPT - Catu / LaPPRuDes

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. Pedagogia do Oprimido. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Extensão ou Comunicação? 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. Conscientização. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

TORRES, Carlos Alberto. A práxis educativa de Freire. São Paulo: Loyola, 1979.

INTRODUÇÃO

***Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
Não sou da nação dos condenados!
Não sou do sertão dos ofendidos!
Você sabe bem: Conheço o meu lugar!
(Conheço o meu lugar – Belchior, 1979)***

Desde o Brasil colonial, em concordância com Manuel Correia de Andrade (1983), a população rural/campo é vista como objeto, e não sujeito, do desenvolvimento. Se buscarmos a história do Semiárido, entenderemos que sempre foi visto, compreendido e planejado dentro da política governamental de forma equivocada e marcado pela violação de direitos básicos, talvez seja por isso que Euclides da Cunha (1902), poetizou que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, pois só mesmo sendo forte para resistir e pelejar por um viver melhor e mais justo no lugar marcado pelas políticas assistencialistas intencionadas nas amarras políticas de dependência, pautadas na natureza como causa e origem dos problemas, especialmente no que tange as questões climáticas, as limitações hidrológicas e a irregularidade

pluviométrica; como pontua Roberto Alves Marinho da Silva (2006), herdado talvez do paradigma iluminista do “progresso”, baseado na ciência e na tecnologia como instrumentos que permitiriam conhecer e controlar os fenômenos naturais.

Quem sabe essa “miopia técnica” não é parte de um projeto da modernidade conservadora, que ao tempo que justifica a falta de água (secas e baixa pluviosidade) no Semiárido como responsável pelo atraso e mazelas, propõe como alternativas grandes projetos de irrigação, como o polo Juazeiro-Petrolina. É mesmo, como afirma Tânia Bacelar Araújo (1997), “ilhas de modernidade num sertão de pobreza”.

Romper com esse tipo de desenvolvimento, demanda também romper com “senhores da terra e da água”, e superar o autoritarismo pedagógico de transmissão de conhecimentos e tecnologias exógenas, tendo como estratégia formar agentes multiplicadores de visões, conhecimentos e práticas apropriadas ao Semiárido, explicitando as especificidades e fortalecendo as potencialidades que estão presentes nas diversas práticas produtivas apropriadas e nas tecnologias sociais, sem omitir as fragilidades do ecossistema.

Nos últimos anos, a constituição de “um paradigma” “modo de vida” – Convivência com o Semiárido, acampado e construído pelo Povo e para o Povo, tem significado muito mais do que ações isoladas e pontuais, mas, representa a melhoria das condições de vida, especialmente dos sujeitos inclusos na Agricultura Familiar, considera o equilíbrio entre natureza e sociedade (semiárido/caatinga e homem/mulher), por meio de iniciativas educacionais, sociais, econômicas, culturais, ambientais, tecnológicas, étnico-racial, geracional e de gênero, desde que sejam contextualizadas e adequadas a vida na região, como conjecturado na Bahia por meio da Lei nº 13.572 de 30 de agosto de 2016, que institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido.

Dessa forma, esta cartilha visa apresentar a sistematização do estudo de caso sobre o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA e sugerir elementos da Metodologia Camponês-a-Camponês (CaC) para potencializar conhecimentos na perspectiva da Convivência com o Semiárido.

A CaC é uma metodologia que funciona por meio de movimento-rede para construção e multiplicação da Agroecologia de forma horizontal, baseado na concepção de que os/as camponeses(as) são

capazes de desenvolver sua própria agropecuária e tecnologias.

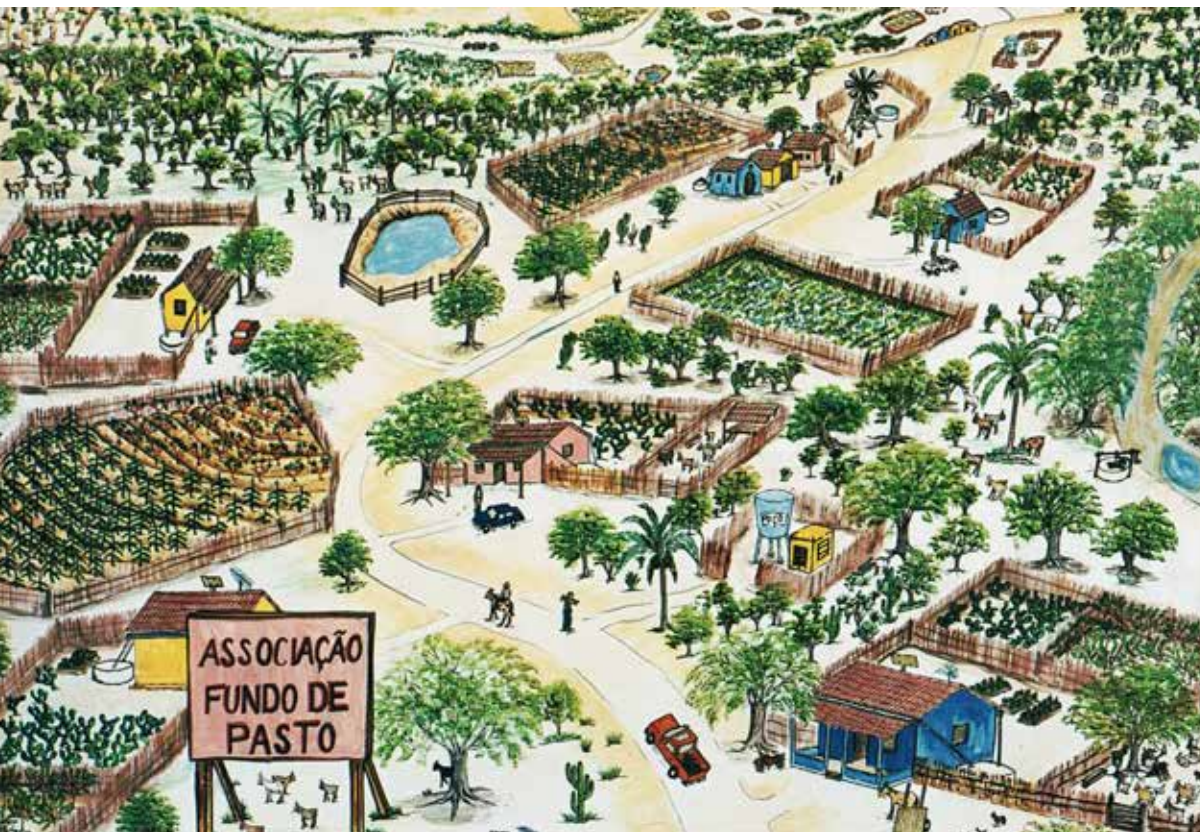
De acordo com Hocde et al (2000), os elementos-chave da metodologia de Camponês para Camponês são os “agricultores promotores” e mecanismos de comunicação, onde os/as promotores(as) realizam a experimentação das técnicas nas suas propriedades, para depois compartilhar suas experiências com outros agricultores(as). Esses(as) promotores(as), além de compartilhar através de visitas de campo, oficinas e fóruns suas experiências, assumem a tarefa de monitorar outros, ajudá-los e orientá-los a implementar e interpretar suas experiências.

Nesse sentido, concebe-se a Metodologia como um instrumento fundamental para a aprendizagem coletiva, seja nas redes e movimentos sociais, e também instâncias acadêmicas ou nas instituições de pesquisa e extensão.

Ressalta-se que este estudo não esteve voltado para analisar afincado à experiência de 28 anos do IRPAA, objetivou olhar de forma metódica e aplicada as linhas estratégias ou eixos de ações, seus resultados e impactos alçados pela experiência, numa dimensão comunicacional/educacional do saber-fazer Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para a

Convivência com o Semiárido; bem como, de não analisar mais de 50 anos da CaC, porém partiu da premissa de que deve-se equilibrar a vasta quantidade de informações (princípio da relevância).

"Acreditamos que esta sociedade está sendo construída toda vez que se junta terra com trabalhador, organização com educação, estudo com trabalho e escola com povo".
(Paulo Freire)



**"VIVER NO
SEMIÁRIDO É
APRENDER A
CONVIVER!"**

PARTE I

FUNDAMENTOS DA METODOLOGIA CAMPONÊS-A- CAMPONÊS (CaC)

*Quando o camponês vê, ele acredita
(Movimento de Camponês a
Camponês da ANAP em Cuba)*



"As experiências do movimento Camponês-a-Camponês revelam décadas de lutas e resistência camponesa ao projeto do Primeiro Mundo para 'desenvolver' o Terceiro Mundo." (Holt Giménez, 2008-tradução nossa).

O surgimento da metodologia e movimento "Camponês-a-Camponês" ou "Campesino a Campesino" há aproximadamente cinquenta anos, surge de acordo com Holt (2001), do conceito de "desenvolvimento centrado nas pessoas", a partir de uma necessidade cultural de camponeses, camponesas e indígenas, e, não abarca unicamente os planos tecnológicos, metodológicos ou políticos, mas também busca avançar para outras dimensões de desenvolvimento, a fim de multiplicar a agricultura sustentável em maior escala, considerando sua dimensão social, econômica, cultural e política, fortalecendo os laços de solidariedade e reciprocidade dos camponeses fomentando e potencializando o conhecimento e a cultura local (Programa de Intercâmbio, Diálogo e Assessoria em Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar PIDAASSA, 2006 – tradução nossa)

Nas palavras de Don Felipe Tomás Mux - guatemalteco, promotor campesino, membro do grupo original onde surgiu a CaC na década de 1960, "a CaC foi plantado na Guatemala, floresceu no México

e na Nicarágua, deu frutos em Cuba". (2017 - tradução nossa).

Embora seja uma metodologia com etapas e protocolos criados e avaliados a partir da prática, vem incorporando gradualmente inovações, abordagens, conceitos e formas de trabalho ajustadas aos contextos. Aqui destaca-se os princípios da metodologia de acordo com o PIDAASSA (2006, n.p – tradução nossa)

- Parte das necessidades sentidas;
- Trabalha com própria capacidade e recursos locais;
- O simples primeiro, o complexo depois;
- Avança passo a passo de maneira gradual;
- Experimenta em pequena escala o conhecido e aprendido;
- Resgata e valoriza os conhecimentos e a cultura local;
- Se centra na pessoa e não no técnico;
- É administrado pelas pessoas locais e suas organizações;
- Protagonismo camponês;
- Reconhece a necessidade de realizar ações afirmativas para incorporar as mulheres na participação e na tomada de decisões em todos os assuntos;
- Reconhece a desigualdade de gênero e atua em favor de relações equitativas entre homens e mulheres;
- 80% de prática, 20% de teoria;

- Horizontalidade;
- Os técnicos e técnicas facilitam e as organizações apoiam;
- Ação-reflexão-ação;
- Aprender fazendo;
- Não depende e não se baseia na linguagem escrita;
- É ensinado pelo exemplo;
- Usa idioma e linguagens locais;
- Prática compreensível e harmoniosa;
- Busca ser um processo de apropriação gradual e não é escolástico ou teórico;
- Aproveita e fortalece os laços de solidariedade.

Embora esteja comprovado que a Metodologia CaC atinge grandes impactos, também é evidente analisar as limitações para viabilidade em realidades distintas, dentro de um sistema local de educação técnica não formal para a promoção de agricultura sustentável e de um sistema de inovação local para a Extensão Rural de forma horizontal e participativa.

PARTE II

UM ESTUDO DE CASO: APRENDER COM EXPERIÊNCIA DO IRPAA



Por que a ATER protagonizada pelo IRPAA tem destaque no semiárido baiano? Talvez o cerne seja a comunicação como a questão metodológica fundamental e “com o cuidado para não empobrecer as informações científicas, nem subjugar o saber popular” (IRPAA, s.d).

Então, por meio da pesquisa de campo, visualizou-se, que a trajetória de trabalho do Instituto busca metodologias que valorizam os conhecimentos e a participação dos agricultores(as)-criadores(as), como orienta Paulo Freire nos livros “Pedagogia da Autonomia” (1996) e “Comunicação ou extensão” (1992), nos quais defende a não transferência de conhecimento do professor(a)/educando(a) e/ou extensionista/agricultor(a) e a importância de respeitar e reconhecer os conhecimentos derivados de experiências.

O IRPAA surgiu no ano de 1990, e, ao longo dessas quase três décadas, têm realizado e consolidado práticas estratégicas para a Convivência com o Semiárido. Sua importância não se resume apenas ao fato de ser um dos pioneiros nessa construção, mas por sua dinamização no saber-fazer ATER na perspectiva que se propôs, com inovações no processo educacional e comunicacional que unem elementos preponderantes para a ATER educadora, como conclamou Paulo Freire.

Serão apresentadas as ações – atividades realizadas do IRPAA, que estão organizadas por tabelas, considerando cada eixo estratégico de atuação da entidade.

Linha de Ação: Água

Atividade I

- Formações sobre ciclo da água, concentração e desigualdades no acesso à água, poluição, preservação e linhas de uso e gestão de águas (Água para a Família, Água da Comunidade, Água de Emergência, Água para a Agricultura e Água do Meio Ambiente).

Principais Resultados

- Potencialização e fortalecimento do conhecimento das famílias, comunidades e outras parcerias (organizações associativas, instâncias de representação pública e privadas, escolas, etc.) sobre o ciclo da água.
- Adoção por parte famílias, comunidades e outras parcerias do uso racional dos recursos hídricos.

- Potencialização e fortalecimento do conhecimento das famílias, comunidades e outras parcerias sobre poluição e conscientização e adoção de práticas de preservação dos mananciais.
- Agregação de conhecimento das famílias, comunidades e organizações associativas e politização sobre a concentração de água.

Atividade II

- ATER para potencializar as práticas da Agricultura de acordo as épocas e chuvas e estiagem.
- Captação e gestão da água.

Principais Resultados

- Captação de água e armazenamento para garantir a colheita de algumas culturas em anos de irregularidade de chuvas (tecnologias sociais e adaptadas).
- Planejamento do período de produção.
- Conhecimento, experimentação e prática de plantio e manejo de plantas adaptadas a seca e com baixa exigência hídrica.
- Extrativismo e aproveitamento.
- Práticas e manejos adequados.
- Conhecimento do solo e conservação.

Atividade III

- ATER e formação para captar e gerir água na criação de animais.

Principais Resultados

- Criação de animais adaptados.
- Construção e/ou manutenção e preservação de aguadas para utilização e armazenamento estratégico.
- Administração (planejamento e controle) da quantidade de água e alimento por animal e para os animais.
- Produção de forragem.
- Armazenamento de alimentos (silo e fenação, reserva estratégica de pastagem/forragem/caatinga).

Atividade IV

- Construção de tecnologias de captação e armazenamento de água e implantação sistemas de reuso.

Principais Resultados

- Construção de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água.
- Implantação de sistemas e técnicas de reuso de água.
- Implantação de técnicas de tratamento de esgotos.
- Identificação de água no subsolo.
- Reapropriação e dinamização de processos e ações coletivos (mutirões, uso e gestão coletiva de água comunitária).
- Aumento da autonomia e autoestima das famílias.
- Melhoria da economia familiar.

Atividade V

- Participação em instâncias de planejamento e gestão de políticas públicas (comitês, colegiadas, redes, fóruns, câmeras, etc.). E realização de eventos e campanhas.

Principais Resultados

- Construção e/ou gestão coletiva de planos, programas, campanhas, projetos, propostas, leis, ações, etc.
- Realização de eventos (colóquios, congressos, simpósios, etc.).

Dificuldades

- Aumentar a capacidade e logística para atendimento de mais pessoas/famílias/grupos.
- Ampliar a capilaridade de formações e assessoria.
- Ampliar o quadro de pessoas envolvidas nas comunidades e municípios.
- Romper com as práticas de clientelismo e assistencialismo.
- Pacotes tecnológicos e influência do agronegócio.
- Pouco interesse das políticas públicas governamentais.
- Superar a lógica imediatista.
- Dificuldade de apropriação dos recursos organizativos e metodológicos pelas famílias.

Linha de Ação: Terra

Atividade I

- Formações sobre estrutura e ocupação agrária brasileira, concentração e desigualdades no acesso à terra, conservação e preservação da Caatinga (fauna, flora e solo), recaatingamento.

Principais Resultados

- Fortalecimento do pertencimento com a terra e a localidade.
- Conscientização de processos históricos de arrigamento das desigualdades.
- Práticas de construção de conhecimentos sobre conservação, preservação e recaatingamento.

Atividade II

- ATER para regularização de terras.

Principais Resultados

- Identificação da problemática local.
- Famílias agricultoras formadas sobre processos e importância de regularização de terras.
- Terras mapeadas e regularizadas/documentadas.
- Promoção da autonomia.

Atividade III

- ATER e formação para gestão na utilização da terra (produção, criação, área de APP e reserva, terra de uso coletivo nas comunidades Fundo de Pasto).

Principais Resultados

- Identificação das potencialidades.
- Adoção do cultivo de plantas adaptadas (forrageiras, grãos, frutas, hortaliças, legumes, tubérculos, etc.).
- Instalações de viveiros, cisternas e unidades de beneficiamento.
- Adoção de manejo de preservação do solo e da caatinga, incluindo área de reserva.
- Adoção de práticas e gestão de áreas de criação, incluindo capacidade de suporte e controle no superpastejo.
- Construção de regras comunitárias de gestão coletiva de recursos.
- Acompanhamento e apoio da luta das comunidades contra a imposição de leis ambientais incompatíveis com a tradição dos Fundos de Pasto.

Atividade III

- Práticas de recaatingamento e Educação Ambiental.

Principais Resultados

- Preservação da biodiversidade.
- Recomposição da Caatinga.
- Educação Ambiental Contextualizada através da

assessoria à educação escolar.

- Adoção de práticas sustentáveis para preparo e adubação do solo (não uso de queimadas, uso de coberturas, adubação com esterco e compostagem).
- Construção de planos de manejo ambiental sustentável, planos de manejo do rebanho e o uso de plantas forrageiras.
- Melhorias da renda das famílias (agregação de valor aos produtos agroextrativistas sustentáveis).

Atividade IV

- Participação em instâncias de planejamento e gestão de políticas públicas (comitês, colegiadas, redes, fóruns, câmeras, etc.). E realização de eventos e campanhas.

Principais Resultados

- Construção e/ou gestão coletiva de planos, programas, campanhas, projetos, propostas, leis, ações, etc.
- Realização de eventos (colóquios, congressos, simpósios, etc.).
- Participação na articulação de uma ação conjunta de todos os movimentos de luta pela e na terra.

Dificuldades

- Limitantes estruturais (acesso à terra, pouca terra considerando o ecossistema e necessidade das práticas da agropecuária familiar).
- Latifúndios (concentração, persuasão sobre os agricultores/as para o trabalho temporário e vendas das propriedades).

- Práticas da monocultura com alto índice do uso de químicos, queimadas e apropriação de recursos genéticos e do conhecimento popular.
- Observação: considera-se dentro dessa linha todas as dificuldades mencionadas na linha (Água).

Linha de Ação: Produção

Atividade I

- ATER e formação para criação de animais (pecuária).

Principais Resultados

- Construção e apropriação de conhecimento sobre as vantagens de criar animais de pequeno e médio portes em detrimento de animais de grande porte, associado condições edafoclimáticas.
- Implementação e experimentação de prática e técnicas relacionadas aos manejos (alimentar, reprodutivo e sanitário) para melhoria na qualidade da criação e seus derivados, considerando inclusive o contexto local e recursos disponíveis.
- Adoção e experimentação da homeopatia e de sistemas e orgânicos de criação animal.
- Valorização da carne caprina, ovina e galinha caipira por meio da popularização destas.
- Inserção da apicultura dentro das unidades de produção familiares, como atividade geradora de renda e colaboradora do equilíbrio ambiental.
- Apoio no fortalecimento da piscicultura artesanal.

Atividade II

- ATER e formação sobre agricultura de sequeiro.

Principais Resultados

- Apropriação sobre a importância de preservar, guardar e multiplicar sementes crioulas.
- Fortalecimento e utilização dos saberes populares e tradicionais sobre o preparo da terra, o plantio, o manejo, a colheita e o armazenamento.
- Implementação e adequação de práticas conservacionistas (edáficas, vegetativas e mecânicas) para evitar e controlar as perdas de solo e de água.
- Fortalecimento sobre a importância do empirismo relacionada as questões climáticas (tempo de estagem e período chuvoso).
- Adoção progressiva de culturas adaptadas as condições edafoclimáticas e de ciclos curtos.
- Adoção e experimentação sistemas de base agroecológica e orgânicos de produção vegetal, bem como fabricação de biofertilizantes e produtos naturais para controle de insetos e doenças.

Atividade III

- ATER e formação sobre agricultura irrigada.

Principais Resultados

- Cultivos de pequenas hortas, plantas medicinais, forrageiras, frutíferas (quintais produtivos), utilizando majoritariamente água captada da chuva e armazenada de diversas formas, com utilização racional e reuso.

Atividade IV

- ATER e formação para o beneficiamento.

Principais Resultados

- Fortalecimento, inovações e práticas sustentáveis no beneficiamento de produtos de origem extrativista.
- Agregação de valor no beneficiamento de produtos da mandiocultura e frutíferas, especialmente as nativas da Caatinga e adaptadas, derivados de leite de caprinos e ovinos, cosméticos de palma, mandacaru, etc., e fabricação de medicamentos naturais.
- Implantação de espaços de beneficiamento (agroindústrias e entrepostos para processamento de frutas, mel, ovos e outros).

Atividade V

- ATER e formação para organização e comercialização.

Principais Resultados

- Fortalecimento da economia solidária.
- Inclusão/participação em redes.
- Criação de feiras agroecológicas/orgânicas a níveis comunitárias, municipais, estaduais e participações esporádicas em eventos na região e em outras regiões.
- Criação de centros de comercialização (espaços físicos fixos).

Atividade VI

- ATER e formação para fortalecimento e potencialização (fundação, organização e gestão) das organizações coletivas (associações, cooperativas, redes, grupos, etc.)

Principais Resultados

- Geração de capital social.
- Autonomia.
- Organização para produção, beneficiamento e comercialização.
- Gestão de financeira/administrativa, créditos, recursos, projetos, custos, etc.
- Fortalecimento das ações, participação, coletividade e união das comunidades.
- Melhoria na qualidade de vida das pessoas.
- Apoio para o fortalecimento do protagonismo das mulheres e jovens.

Atividade VII

- ATER em dinâmicas não agropecuárias

Principais Resultados

- Apoio e fortalecimento de atividades artísticas e culturais.
- Qualificação do artesanato e acesso à comercialização.
- Pluriatividade.

Atividade VIII

- Participação em instâncias de planejamento e gestão de políticas públicas (comitês, colegiadas, redes, fóruns, câmeras, etc.). E realização de eventos e campanhas.

Principais Resultados

- Construção e/ou gestão coletiva de planos, programas, campanhas, projetos, propostas, leis, ações, etc.
- Realização de eventos (colóquios, congressos, simpósios, etc.).

Dificuldades

- Problemas com burocracia e financiamentos, gerando a descontinuidade dos projetos e ações da ATER.
- Observação: considera-se dentro dessa linha todas as dificuldades mencionadas nas linhas (Água e Terra).

Linha de Ação: Educação

Atividade I

- Participação em redes para expansão da educação contextualizada em espaços formais e não formais de educação.

Principais Resultados

- Discussão sobre a construção de currículo escolar que considere as especificidades e potencialidades da região semiárida.
- Articulação, mobilização, divulgação, etc.

Atividade II

- ATER para construções de hortas orgânicas pedagógicas.

Principais Resultados

- Envolvimento da comunidade e dinamização do espaço escolar, tornando-se num instrumento que possibilite estabelecer relações com a terra, desenvolver-se valores importantes de convivência.

Atividade III

- Assessoria para uma educação contextualizada e realização de formações, como oficinas pedagógicas, discutindo temas relacionados à agroecologia, meio ambiente, bioma caatinga, beneficiamento de frutas nativas, segurança alimentar e nutricional, produção no semiárido, pedagogia de projetos e projeto didático, planejamento coletivo e função social da escola, etc.
- Formação de educadores (as) a partir de temas como: meio ambiente, clima, água, geografia, produção, estrutura fundiária, o saber local e global, a realidade do semiárido, gênero, a inclusão de conteúdos locais no currículo da escola, etc.

Principais Resultados

- Contribuições na conscientização para mudanças de atitudes e posturas.
- Construção de uma educação contextualizada a partir da realidade do Semiárido.
- Maior integração escola – família – comunidade.
- Estabelecimento de diálogos interdisciplinares.
- Elaboração de livros paradidáticos.
- Criação de metodologias e recursos diferenciados, contextualizados e apropriados.
- Aprendizagem com e pelo trabalho, na política dos direitos e organização comunitárias.

Atividade IV

- Realização de Educação Popular por meio de ações como, a Escola de Formação de Jovens e República Popular.

Principais Resultados

- Capacitação anual de 50 jovens de diversos locais dos estados do Nordeste na perspectiva da Convivência com o Semiárido.
- Apoio nas formações técnicas e superiores de jovens agricultores (as) através de bolsa e república no Centro de Formação Dom José Rodrigues (espaço do IRPAA, onde além da hospedagem conta com diversos setores agropecuários para realização de atividades).

Atividade V

- Participação em instâncias de planejamento e gestão de políticas públicas (comitês, colegiadas, redes, fóruns, câmeras, etc.). E realização de eventos e campanhas.

Principais Resultados

- Construção e/ou gestão coletiva de planos, programas, campanhas, projetos, propostas, leis, ações, etc.
- Realização de eventos (colóquios, congressos, simpósios, etc.).

Dificuldades

- Limitantes estruturantes (Formação Continuada de Agentes Educativos, Currículo Contextualizado, Políticas Educacionais).
- Dificuldade em trabalhar a questão de gênero.
- Evasão da juventude e sucessão rural.
- Políticas Públicas voltadas o Campo fragilizadas e insuficientes.

Linha de Ação: Comunicação

Atividade I

- Canal de comunicação para Convivência com o Semiárido, dentre as atividades destacam-se a

divulgação, registro e arquivamento, permanente das ações do IRPAA, mobilização dos Meios de Comunicação de Massa para que possam divulgar as experiências e acontecimentos que fundamentam a proposta da Convivência com o Semiárido

Principais Resultados

- Fortalecimento da luta pela garantia do direito humano à comunicação.
- Reflexões dos conceitos e estereótipos relacionados ao semiárido por assessoria de imprensa.
- Participação do cidadão e de suas organizações coletivas na condição de protagonistas do processo de comunicação.
- Reconhecimento necessário para estabelecer uma relação autônoma e independente frente aos meios de comunicação.

Atividade II

- Formação política (participação em redes e fóruns que tratam a comunicação como direito humano e nesse contexto pauta-se a necessidade da democratização da comunicação).

Principais Resultados

- Aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos sujeitos fazerem uma leitura crítica das grandes mídias convencionais do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor e da educação desenvolvida na mídia e pela mídia.
- Aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos.

Atividade III

- Participação e registro visual das atividades promovidas pela Entidade nas diversas formações realizadas pelo Instituto envolvendo estudantes, agricultores/as, comunicadores/as populares, etc.

Principais Resultados

- Enriquecimento da comunicação e acervo de registros.

Atividade IV

- Comunicação Interna da entidade.

Principais Resultados

- Criação de canais que proporciona um maior fluxo de informações e facilita o diálogo entre a própria equipe e o conhecimento do conjunto de atividades desempenhadas por todos os Eixos de atuação do IRPAA.

Atividade V

- Utilização de outros veículos institucionais de comunicação (página na Internet, perfil na rede social – facebook, meio radiofônico)

Principais Resultados

- Transmissão de conteúdo a partir de novas fontes de informações.
- Expansão na divulgação.
- Troca de notícias e informações com internautas, colaboradores e colaboradoras da entidade, parceiros, etc.
- Produção semanalmente de programa de Rádio

“Viva Bem no Sertão”, veiculado aos sábados na Emissora Rural de Petrolina e em seis Rádios.

- Rádios Comunitárias no Território Sertão do São Francisco, Bahia.

Atividade VI

- Capacita multiplicadores de conhecimento para desenvolver novas práticas produtivas.

Principais Resultados

- Fortalecimento das comunidades.
- Geração de autonomia.

Atividade VII

- Elaboração e distribuição de peças de comunicação e materiais para uso didático, especialmente para entidades parceiras e formação.

- Comunicação com figuras e desenhos.

Principais Resultados

- Elaboração de materiais didáticos, que, surgem das próprias ações, com fácil comunicação e utilização de desenhos elaborados junto aos próprios (as) agricultores (as).

Atividade VIII

- Participação em instâncias de planejamento e gestão de políticas públicas (comitês, colegiadas, redes, fóruns, câmeras, etc.). E realização de eventos e campanhas.

Principais Resultados

- Construção e/ou gestão coletiva de planos, programas, campanhas, projetos, propostas, leis, ações, etc.
- Realização de eventos (colóquios, congressos, simpósios, etc.).

Dificuldades

- Concentração e antidemocratização dos meios de comunicação.
- Realizar uma comunicação contra hegemônica.
- Desconstruir e reconstruir informações e conhecimentos que historicamente foram repassados sobre o semiárido.

É indiscutível que o trabalho do IRPAA tem apresentado relevância legítima e transformadora na consolidação de processos para construção da Convivência com o Semiárido, na medida em que busca o fortalecimento através da Extensão Rural Educadora, também media valores e princípios, como: problematização da realidade, conscientização social, política e ambiental; emancipação de suas lideranças, estimulando a autonomia, a solidariedade, a organização, a autoestima, a autogestão, a dialogicidade e a contextualização. Busca com tais processos a materialização de mudanças reais de mentalidade e de atitudes que deem substância a concepção do paradigma da Convivência com o Semiárido. E trabalha junto às comunidades, especialmente as rurais do Território Sertão do São Francisco, na perspectiva da garantia ao acesso à terra, à água, à educação, enquanto direitos básicos que necessitam ser urgentemente efetivados.

Nesse sentido, considerar experiências, como essa, em torno de uma Extensão Rural Contextualizada como práxis pedagógica que tende a instrumentalizar os sujeitos a estabelecerem relações socioambientais sustentáveis, possibilita a construção de uma ATER, junto com a construção Convivência com o Semiárido, ao tempo que supõe uma série

Fonte: Elaboração de Mônica da Silva Carmo, com base na pesquisa, 2018.

de novos conhecimentos, de valores, habilidades e atitudes dentro das dinâmicas comunitárias, que vão desde o trabalho colaborativo em grupos, a capacidade de ouvir o outro, de tomar decisões, de compreender o ecossistema, suas inter-relações, e o pertencimento de cada um neste, até a gestão de recursos materiais e humanos necessários.

Principais resultados: as palavras mais ressaltadas durante a pesquisa de campo, foram: a valorização do meio, geração de capital social, conscientização, coletividade, organização, autonomia, aumento de renda e melhora significativa na qualidade de vida/ bem viver.

Desafios: falta de reordenamento e reforma agrária; presença da concentração de água; ATER descontínua; concentração das mídias, educação descontextualizada; pouca ou ausência de políticas públicas contextualizadas com as necessidades locais.

Estratégias de superação dos desafios: fortalecimento da comunicação popular, inclusive no processo do re-planejar/agir/avaliar/refletir ou na ação reflexão dos serviços de ATER, com ampla adoção, adequação e criação de metodologias participativas; além de priorizar processos de ampliação das tecnologias sociais e de inclusão, bem

como, potencializar dinâmicas por meio de parceria, tendo como exemplo proeminente o fortalecimento e potencialização da educação contextualizada por meio das parcerias com as Escolas Famílias Agrícolas, especialmente a de Sobradinho. Como princípios de superação também sobressaíram a problematização, diálogo, observação coletiva, acompanhamento e organização.

Em suma, a análise que pode ser feita, de forma geral, é que os desafios/dificuldades muitas das vezes se constitui como uma ameaça e estão preponderantemente ligados ao ambiente externo da Instituição. Já as estratégias de superação são de âmbito interno e as oportunidades transita os dois ambientes.

PARTE III

PONTES SÓCIO- TÉCNICAS DA METODOLOGIA CaC PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BAIANO

“Juntar-se, esta é a palavra do mundo”.
(José Martí)



REDES LOCAIS: O fortalecimento e a dinamização de redes locais e a interação destas com outras redes é uma estratégia básica para a promoção Convivência com o Semiárido. Uma vez que, para as redes locais expressarem seus acúmulos para fora, é preciso alimentar o processo de acumulação interna, que deve se dar por meio do investimento nos processos de experimentação, intercâmbio e reflexão sobre as práticas metodológicas.

As redes de camponeses-a-camponeses (agricultores/as-criadores/as), tem sua força na integração de experiências, anteriormente isoladas, e torná-las referência na construção do conhecimento da Convivência com o Semiárido, restabelecendo a inovação local como dispositivo metodológico, necessitando de um ambiente para inovação onde haja: 1) um processo de engajamento; 2) o desenvolvimento de tecnologias sociais com interatividade, formação e organização sociopolítica; 3) a ampliação de compartilhamento, credibilidade e expectativas; 4) a criação de condições para a ampliação de atores(as) alinhados com a mudança do paradigma; 5) promover transições a partir da prática e socialização, promovendo mudança de atitudes, fortalecimento das identidades e compromissos sociais.

Portanto, as redes podem mobilizar-se incorporando paulatinamente uma abordagem sistêmica da ação local e construindo conhecimentos na dinamização comunitária, a partir de temas relacionados ao contexto e agroecossistema.

A organização dos agricultores(as) criadores(as)/experimentadores(as) daria de acordo com realidade dos sistemas de produção e dos interesses e valorizaria as habilidades individuais e coletivas. Assim, as reflexões desencadeariam ações fundamentadas no enfoque de pesquisa-ação e construção de espaços coletivos de discussão e capacitação, na busca de gerar referências importantes na Convivência com o Semiárido, e melhorar o desempenho socioeconômico e ambiental dos sistemas de produção, estimulando o intercâmbio entre os diversos acúmulos dos agricultores (as), dos(as) técnicos(as) e das instituições. Entretanto, para essas experiências surge um desafio, uma vez que as entidades não só têm que perceber como também buscar estratégias para apoiar esses sistemas de comunicação entre os agricultores.

Dois outros preceitos da CaC que podem ser fortalecidos na nossa realidade são: **1) fortalecimento de poupanças comunitárias ou como mais difundido aqui no Brasil – Fundo Rotativos Solidários; 2) Agricultura Urbana.**

A agricultura urbana na CaC é bastante disseminada para reforçar a incidência agroecológica, além de incentivar a produção de alimentos saudáveis e gerar ocupação e renda. No Brasil também há muitas experiências exitosas. Nesse sentido, sendo bastante viável para estimular princípios da Convivência com o Semiárido também nas áreas urbanas.

A Convivência com o Semiárido, utilizando como ponto de partida hortas orgânicas e espaços urbanos no semiárido e recorrendo as tecnologias sociais, pode reforçar a sociabilidade, o vínculo com a cultura local, incentivar a mobilização comunitária e dinâmicas locais de aprendizagem, experimentação e criação coletiva de novas ideias, práticas e produtos, potencializar a segurança alimentar e nutricional e a valorização e recuperação dos hábitos alimentares tradicionais da cultura local e a afirmação do direito humano à alimentação enquanto fator determinante na conquista da própria cidadania, baseado nos princípios da educação popular. Principalmente porque muitas famílias que hoje vivem na cidade têm origem do meio rural, que se encontram empobrecidas, decorrente dos índices de desemprego, assim como as taxas de subemprego e informalidade, além dos processos de desenvolvimento excludente, como exemplo, a

cidade mais populosa do Território Sertão do São Francisco, sendo Juazeiro – Bahia.

Os fundos rotativos solidários comunitários

têm um leque de conceito e modalidades diversificadas. Na Metodologia CaC em Cuba, se caracterizam por poupanças comunitárias (financeiros, mão-de-obra, aquisição de implementos, tecnologias sociais, banco sementes, etc.), gerida coletivamente para fortalecer a agricultura camponesa, formada por meio da doação voluntária de recursos por membro do grupo/rede, que giram/circulam entre todos os participantes.

A aptidão da região semiárida da Bahia com área de fundos de pastos, com a criação de animais, que entre as experiências coletivas funciona desde a criação coletiva, gerindo recursos de alimentação e água até o repasse de animais para famílias que pretende iniciar a criação, implementação de tecnologias sociais de captação de água e outras práticas mostram-se promissoras para ampliar e estender a mecanismo de fundo rotativo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e mudança:** A organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do sumério São Francisco. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.

ARAÚJO, T. B. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação.** Estudos Avançados 11 (29), 1997.

BAHIA. Lei nº 13.572 de 30 de agosto de 2016. **Institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido e dá outras providências.** Disponível: <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 06/12/2018.

BRASIL. **Lei n. 12.188**, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências. Brasília, 2010.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** São Paulo. Nova Aguilar. 2006.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Extensão ou comunicação?** 7a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

HOCDE, H. et al. **Toward a social movement of farmen innovation:** Campesino a Campesino. Leisa, 2000, p.26-30.

HOLT-GIMÉNEZ, E. **Campesino a campesino:** Voces de Latinoamérica Movimiento Campesino para la Agricultura Sustentable. SIMAS, 2008. Disponível: <http://www.simas.org>. > Acesso 12 de novembro de 2017.

_____ **“Measuring Farms Agro ecological Resistance to Hurricane Mitch,”** LEISA 17 (2001): 18-20.

Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA). **Cabras e ovelhas:** criação do Sertão. Juazeiro-BA: IRPAA, 1996a. (Cadernos de Formação).

_____. **A busca da água no Sertão.** Juazeiro-BA: IRPAA, 1996b. (Cadernos de Formação).

_____. **Difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas para a agricultura familiar no Semi-árido brasileiro.** Juazeiro-BA: IRPAA, 2000.

_____. **A roça na caatinga.** Juazeiro-BA: IRPAA, 2001. (Série: Convivendo com o Semiárido).

_____. **Referencial Curricular de Educação para Convivência com o Semi-Árido:** Juazeiro-BA: IRPAA, 2003.

_____. **25 anos trabalhando pela convivência com o semiárido,** 2015.

_____. **20 anos trabalhando pela convivência com o semiárido,** 2010.

PIDAASSA. **Construyendo procesos de Campesino a Campesino.** Editorial Espigas. 2006, Lima, Perú. 150 p. Disponível > <http://volensamerica.org> > Acesso: 13 de dezembro de 2017.

SILVA, Roberto Alves Marinho da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-Árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Brasília – DF, 2006. [Tese de Doutorado – Universidade de Brasília – UNB]. Disponível: <http://repositorio.bce.unb.br>. Acesso em: 12/10/2018.

SOSA, Machín Bráulio et al. **Revolução Agroecológica:** o movimento Camponês a Camponês na ANAP em Cuba. Tradução Ana Corbisier – 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 152 p.



